



Destinos Indutores de Turismo Regional como Política de Governabilidade Estadual no Brasil: Análise dos Estados de Minas Gerais e Bahia a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

ÁREA: 4
TIPO: Aplicação

AUTORES

Giuliano Alves Borges e Silva¹

Universidade de São Paulo - FEARP; Centro Universitário do Planalto de Araxá (Uniaraxá), Brasil. giulianoalves@uniaraxa.edu.br

João Luiz Passador

Universidade de São Paulo - FEARP, Brasil. jlpassador@usp.br

Claudia Souza Passador

Universidade de São Paulo - FEARP, Brasil. cspassador@usp.br

Jorge Luis Sánchez Arévalo

Universidade de São Paulo - FEARP, Brasil. jsarevalo@hotmail.com

1. Autor de contacto: Avenida dos Bandeirantes, 3900; Ribeirão Preto - São Paulo; Brasil.

Inductors Destinations (ID) of Regional Tourism as Policy Governance in Brazil: Analysis of Minas Gerais and Bahia States using Firjan Index of Municipal Development (FIMD)

Inductores de destino de turismo regional como política de gobernabilidad estadual en el Brasil: Análisis de los Estados de Minas Gerais y Bahía, considerando el índice de Firjan de Desarrollo Municipal (IFDM)

O Plano Nacional de Turismo do Brasil indica a descentralização de práticas governamentais da União para os Estados. Porém, entre os 27 estados da federação, apenas dois apresentam uma agenda política de destinos indutores, os quais são os estados de Minas Gerais e Bahia. Vários trabalhos acadêmicos relacionam turismo e desenvolvimento, mas nenhum realiza tal distinção no âmbito estadual. Assim, estabelecemos dois objetivos essenciais neste estudo: comparar o indicador socioeconômico (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM) entre cidades indutoras e não indutoras nos dois Estados e; analisar características e diferenças de governança da política entre eles. Ficou constatado que, destinos indutores possuem maior desenvolvimento socioeconômico; o programa do Estado de Minas é mais técnico-científico, o do Estado da Bahia é mais informativo.

The Brazilian Tourism Plan indicates Central Government's decentralization practices for State Governments. However, among the 27 states of the federation, only two have a political agenda of "Inductors Destinations (ID)": Minas Gerais and Bahia. Several papers related tourism and development, but none investigates the State level. Therefore, we established two main purposes: (1) compare the socioeconomic indicator (FIDM) between inducing and non-inducing cities, and; (2) analyze political governance ID in both States. It was demonstrated: ID has higher socioeconomic development; the Minas Gerais Program is more technical-scientific and the Bahia Project is more informative.

El Plan Nacional de Turismo de Brasil hace mención a la descentralización de las prácticas gubernamentales de la Unión a los Estados. Sin embargo, entre los 27 estados de federación, sólo dos tienen una agenda política de inductor de destino, los cuales son los estados de Minas Gerais y Bahía. Varios trabajos académicos relacionan el turismo con el desarrollo, pero no hay tal distinción que haya sido realizado por estados. Por lo tanto, hemos establecido dos objetivos clave del estudio: comparar el indicador socioeconómico (Índice Firjan de Desarrollo Municipal - IFDM) entre las ciudades indutoras y las no indutoras en los dos estados, y de esta manera analizar las características y diferencias de gobernanza política entre ellos. Se demostró que los destinos inductores tienen un mayor desarrollo socioeconómico; el programa del Estado de Minas es más técnico-científico y del Estado de Bahía es más informativo.

DOI
10.3232/GCG.2015.V9.N2.04

RECEBIDO
06.04.2015

ACETADO
16.05.2015

1. Introdução

O Plano Nacional de Turismo 2007-2010 definiu 65 destinos indutores para monitoramento e evolução da competitividade do turismo no Brasil de modo a aprimorar o desenvolvimento socioeconômico das regiões. O foco do projeto consiste em fortalecer a governança local, com prioridade em capacitação, gestão da rede turística e monitoramento das ações executadas para cada localidade. Os resultados alcançados por cada destino pesquisado são entregues em um relatório individual. Desse modo, cada município pode eliminar, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística (SEBRAE, 2014).

Um dos objetivos determinados pela política é a descentralização de atividades e planejamento para os Estados e Municípios. Tal circunstância é consonante ao desígnio da Constituição Federal de 1988 que destaca a promoção do turismo como responsabilidade compartilhada entre União, Estados e Municípios (BRASIL, 1988).

Entretanto, poucos Estados veem se engajando efetivamente na promoção do turismo. Um exemplo disso, é que dos 27 Estados da Federação, apenas dois implantaram uma política própria de destino indutor nos moldes do Governo Federal. O Estado da Bahia instituiu os chamados “Municípios Âncora” que envolve 13 cidades para acompanhamento de informações, e o Estado de Minas Gerais que definiu 22 “destinos indutores estaduais”.

Diversos estudos acadêmicos relacionam o turismo como ferramenta para o desenvolvimento e a sustentabilidade. Entre os trabalhos há tanto posicionamento teórico quanto empírico, nacionais e internacionais, os quais destacamos: Murphy (1985); Krippendorf, Zirnmer e Glauber (1988); Ablas (1991); Beni (1993); Barbosa (2005); Grenier e Muller (2011); Brawell e Lane (2011); Montanari, Giraldi e Campello (2013); Fortunato e Neffa (2014). No entanto, nenhum deles tratou de analisar o turismo sob o enfoque de políticas de descentralização no âmbito estadual. Esta pesquisa, portanto, busca preencher uma lacuna acadêmica e avançar a fronteira do conhecimento na área.

Vários motivos endossam a escolha dos Estados de Minas Gerais e Bahia como objetos de estudo. O principal deles é que os dois são os únicos Estados a adotar a política de destinos indutores estaduais. Ambos possuem forte ligação com o turismo histórico, patrimonial, cultural, gastronômico, além de belezas e recursos naturais diversos.

Nesse sentido, o objetivo do trabalho consiste em comparar o indicador socioeconômico, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), entre cidades indutoras e não indutoras nos Estados de Minas Gerais e Bahia. Analisar, de um modo geral, as características e diferenças entre as políticas de turismo estaduais.

As questões de estudo a serem respondidas são: destinos indutores de turismo regional têm maior desenvolvimento socioeconômico? Quais diferenças na política de indutores dos Estados Minas Gerais e Bahia?

Para tanto, o trabalho encontra-se dividido em cinco etapas. Esta introdução, referencial teórico sobre turismo e desenvolvimento, procedimentos metodológicos, resultados e discussões para cada estado e considerações finais.

PALAVRAS-CHAVE
Governabilidade,
Turismo, Destinos
Indutores,
Desenvolvimento,
Minas Gerais,
Bahia

KEY WORDS
Governance,
Tourism, Inductors
Destinations (ID),
Development,
Minas Gerais,
Bahia

PALABRAS CLAVE
Governabilidad,
Turismo, Destinos
inductores (DI),
Desarrollo, Minas
Gerais, Bahia

CÓDIGOS JEL:
O21; R58; I38

2. Referencial teórico: Turismo, regionalismo e desenvolvimento

As escolhas para o desenvolvimento do turismo envolvem essencialmente cinco grupos de decisão: o grau de regulação e apoio do setor público para com o setor privado; a atração de pessoas próximas ao local frente à possibilidade de visitantes internacionais; a classe social do público alvo; a centralização versus descentralização das atividades e políticas; a atração regional frente à competitividade da chama indústria do turismo. As decisões que envolvem esses cinco aspectos criam a característica do enfoque turístico dos locais (RICHTER; RICHTER, 1985). Nosso enfoque diz respeito ao papel do setor público, à descentralização, e o desenvolvimento regional.

Conciliar aspectos de governança e turismo é imprescindível para a melhoria dos processos. Contribui para diagnóstico e proposições aprimoramento prático. A estruturação teórica desse tópico é, portanto, imprescindível, para a compreensão de políticas em diversos níveis, incluindo o estadual, foco deste artigo (BRAMWELL; LANE, 2011).

O argumento de turismo enquanto propulsor de desenvolvimento é amplamente reconhecido. Em vários locais do mundo o utilizam como meio para geração de empregos, constituição de empresas e sustentabilidade. Esse posicionamento exige do setor público um papel mais proativo na gestão do desenvolvimento do turismo formando um contexto denominado “Novo Regionalismo”, onde o planejamento e a colaboração descentralizada aumentam a capacidade do turismo em gerar o bem estar das comunidades (SHONE; MEMON, 2008).

A atividade turística é constantemente associada ao desenvolvimento local. Principalmente pelos defensores do regionalismo. Muitas vezes ligada à ideia de produtos regionais, as experiências satisfatórias vivenciadas pelos visitantes constituem a fortaleza do potencial turístico de uma região. O conjunto de locais próximos também auxilia na construção de uma identidade e fortalece todo o sistema (BRAMWELL, 1998).

A regionalização do turismo reforça a ideia de relacionamento, considerada por muitos, o futuro da atividade. O turismo é essencialmente orientado para identidade local, em diferentes escalas. Os governos regionais devem esforçar-se em conciliar tais características para uma linguagem global que atraia diferentes públicos (DREDGE; JENKINS, 2010).

Promover a regionalização do turismo não é uma tarefa simples, envolve muitos desafios. Normalmente as oportunidades de mercado e investimento encontram-se nos grandes centros. Os locais possuem dificuldades em criar estratégias de lazer, a infraestrutura e a acessibilidade precisam ser aprimoradas (CHANG, 1998).

Isso requer uma mudança de atitude por parte das comunidades locais face ao desafio que enfrentam. O apoio aos projetos de turismo não pode ser analisado apenas por modelos econômicos. É necessária uma abordagem social, histórica e cultural que carrega, por si só características intangíveis que apenas a subjetividade da experiência pode vislumbrar. Especialmente em um ambiente globalizado, onde as identidades culturais se perdem, é que o regionalismo, costumes e tradições, devem ser mais valorizados. A situação atual de desenvolvimento do turismo não deve se concentrar excessivamente sobre o desenvolvimento econômico, porque isso pode levar a perda daquilo que dá sentido ao turismo: a identidade do destino, sua especificidade (TANASE; NICODIM, 2013).

Então, é preciso considerar o contexto histórico da atividade turística. O fortalecimento da história local reforça a autoestima e a atitude dos residentes. Os moradores tendem a se envolver muito mais em projetos de cunho regional com característica própria (RÉAU, 2015; WANG; CHEN, 2015).

Ambos os estados analisados nesta pesquisa, possuem uma atratividade cultural muito forte, mesmo em períodos de crise ou de sazonalidade. Isso ocorre porque a força cultural independe do tempo, das condições climáticas e mantém o turismo com capacidade de visitação em qualquer época do ano, ou seja, é um atrativo especial (CUCCIA; RIZZO, 2011).

O patrimônio natural e cultural gera interesse turístico e agrega valor ao destino, estimulando o desenvolvimento socioeconômico local. É imprescindível que tal concepção entre na agenda do poder público (PRATT; TARLOW, 2014).

O público local torna-se defensor do patrimônio cultural e reage positivamente às condições de mercado que direcionam a atratividade turística do local. Há muitos desafios e conflitos que devem ser gerenciados, mas os atores locais precisam participar para ter retorno dos benefícios provenientes da vocação regional. Para isso, as comunidades locais devem desenvolver estratégias para receber e interagir com os turistas (SALAZAR, 2012).

.....

3. Aspectos metodológicos

Realizamos uma abordagem de comparação quantitativa, com aspectos qualitativos que envolvem a política estadual de indutores. Essa perspectiva leva em consideração o duplo objetivo do trabalho que é: comparar o indicador socioeconômico, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), entre cidades indutoras e não indutoras nos Estados de Minas Gerais e Bahia e; analisar os aspectos gerais das políticas de turismo de indutores estaduais.

O IFDM foi escolhido como indicador de medida socioeconômica porque apresenta um recorte municipal, estadual ou nacional em sua base de dados. Tem confiabilidade porque foram construídos exclusivamente com dados oficiais dos ministérios do Trabalho e Emprego, Educação e Saúde (OLIVEIRA; LIBONI; CALIA, 2014).

O indicador, criado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, considera três áreas de desenvolvimento humano: Emprego e Renda, Educação e Saúde (Figura 1). Cada município recebe um índice que varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, melhor é o desenvolvimento do município. Os dados foram divididos em dois grupos para 852 cidades de Minas Gerais (indutores e não indutores) e dois grupos para 408 cidades da Bahia (indutores e não indutores). Apenas um município de Minas Gerais e nove da Bahia não tiveram seus dados consolidados em 2014 e por isso ficaram de fora da análise (FIRJAN, 2014).

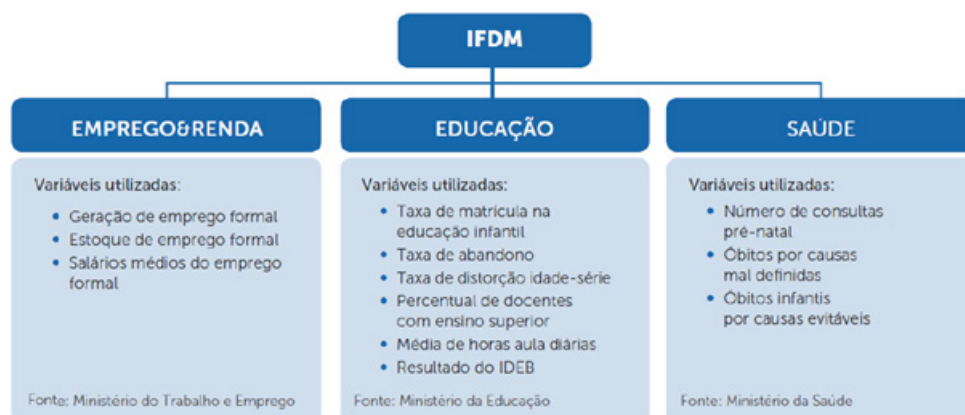
Ressaltamos que os Municípios indutores foram definidos pelas respectivas políticas estaduais de turismo. Enquanto o poder público estadual da Bahia definiu 13 cidades como "Municípios Âncora", Minas Gerais instituiu 22 "destinos indutores estaduais", portanto não coube aos autores dividir os grupos de

análise, mas sim as decisões dos governos estaduais que já realizam tal divisão. Os municípios que não participam da política são considerados não indutores, ou seja, os critérios são dos governos estaduais.

O IFDM enquanto medida de desenvolvimento socioeconômico é identificada como a variável dependente para análise da política dos destinos indutores. O indicador de desenvolvimento socioeconômico – IFDM, inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é medido com base em vários dados econômicos (exemplo: geração de emprego e renda), educacionais (exemplo: oferta e nível de escolaridade dos professores da educação) e informações da saúde, no entanto ele é específico para cada município e obtido através de dados oficiais de cada município para o Governo Federal. A metodologia utiliza dados oficiais do Ministério do Trabalho, Ministério da Educação e Ministério da Saúde e possibilita determinar, com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre de políticas específicas (FIRJAN, 2014).

Os aspectos qualitativos da análise foram retirados dos sites oficiais do Governo do Estado de Minas Gerais e da Bahia (MINAS GERAIS, 2015; BAHIA, 2015). Refletem as diferenças de aplicação da política de indutores.

Figura 1. Variáveis utilizadas no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)



Fonte: FIRJAN (2014).

3.1. Coleta e Análise de dados

As etapas de coleta e análise de dados envolveram 8 etapas:

- 1) Dados qualitativos dos Estados de Minas Gerais e Bahia (MINAS GERAIS, 2015; BAHIA, 2015);
- 2) Dados quantitativos do IFDM de ambos os Estados (FIRJAN, 2014);
- 3) Separação dos grupos entre indutores e não indutores;
- 4) Teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov e Teste F para confirmar a normalidade dos dados em ambos no IFDM dos municípios mineiros e baianos (o *software* utilizado em todos os testes estatísticos foi o suplemento *Action* para *Microsoft Excel* 2010);
- 5) Teste T para amostras independentes em cada Estado (95% de confiança), comparando a média do IFDM. $H_0 : \mu \text{ indutores} = \mu \text{ não indutores}$. $H_1 : \mu \text{ indutores} > \mu \text{ não indutores}$;

- 6) Construção do Gráfico *boxplot* entre indutores x não indutores para os dois Estados;
- 7) Retorno à argumentação teórica para melhor explicação e descrição do fenômeno;
- 8) Elaboração do tópico resultados e discussões, a seguir.

4. Resultados e Discussões gerais

Os Estados de Minas Gerais (destaque em vermelho) e Bahia (destaque em verde) são fronteiriços (Figura 2). Minas Gerais que se localiza na Região Sudeste do Brasil é o Estado com maior número de municípios no País, ao todo 853, dos quais 852 foram analisados. É o quarto em área territorial (586.519,727 km²), segundo em termos populacionais (19.597.330 habitantes), terceiro em PIB (Produto Interno Bruto). Já o Estado da Bahia, possui 14.016.906 milhões de habitantes, área territorial de 564.733,081 km², terra do descobrimento do Brasil, é o Estado da Região Nordeste que representa a maior população, extensão territorial, Produto Interno Bruto e quantidade de municípios (417) do Nordeste Brasileiro. Ambos os Estados têm inegável contribuição histórica, social, cultural e econômica no contexto nacional, além de inúmeras qualificações em potencial turístico, com vocações gastronômicas, religiosas, artesanais, culturais, patrimoniais e tantas outras (IBGE, 2010).

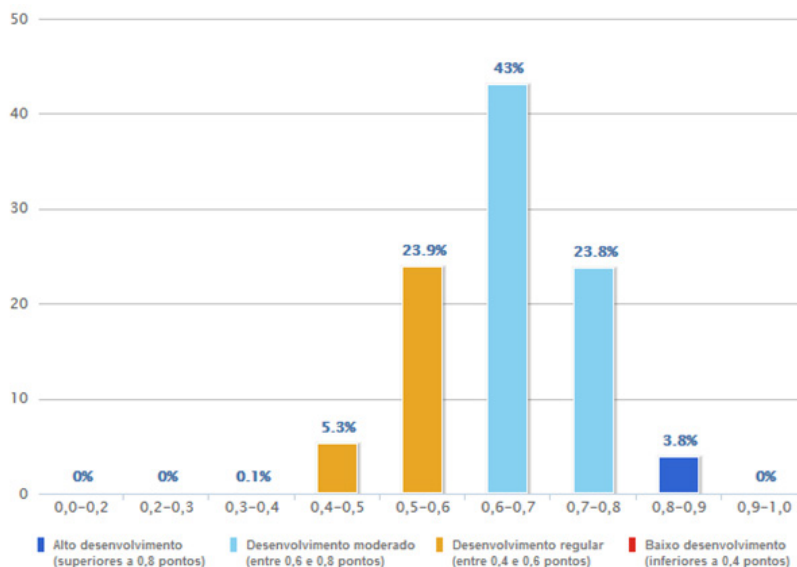
Figura 2. Mapa do Brasil, com destaque para Bahia e Minas Gerais



Fonte: IBGE (2010).

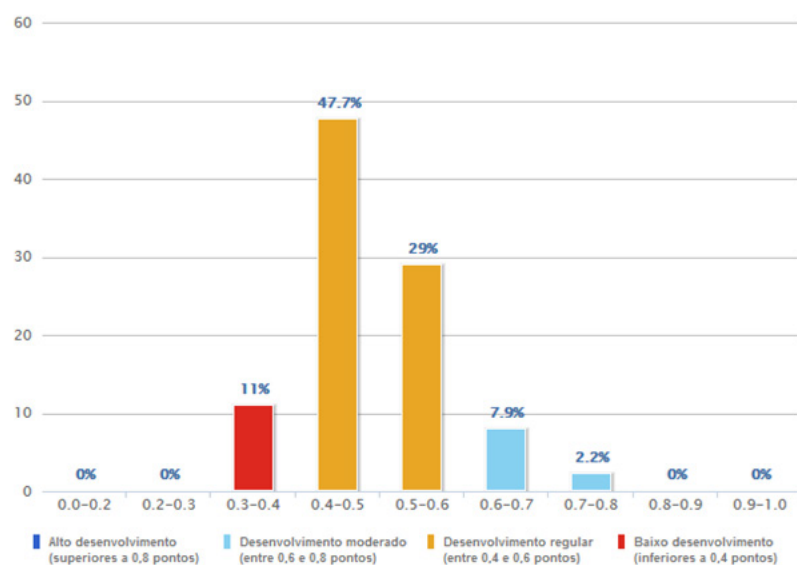
A estatística descritiva das amostras insinua diferenças de distribuição em termos de desenvolvimento dos Estados de Minas Gerais e da Bahia (Gráfico 1 e 2). Parece oportuno informar que, no geral, os municípios de Minas Gerais são mais desenvolvidos com IFDM médio em 0,74 ante 0,46, a média das cidades da Bahia.

Gráfico 1. Distribuição dos municípios por intervalo de desenvolvimento, Minas Gerais



Fonte: FIRJAN (2014).

Gráfico 2. Distribuição dos municípios por intervalo de desenvolvimento, Bahia



Fonte: FIRJAN (2014).

Acreditamos que as análises divididas (nos tópicos 4.1 e 4.2) possuem maior capacidade de explicação do fenômeno porque levam em conta as diferenças regionais entre os estados, bem como a política de destinos.

4.1. Minas Gerais

O programa de destinos indutores do Estado de Minas Gerais apresenta estudos bem mais complexos que o Programa “Municípios Âncora” do estado da Bahia. Há uma série de dados e relatórios que analisam a competitividade dos municípios mineiros, com uma política ampla desenvolvida pelo Observatório do Turismo. (MINAS GERAIS, 2015).

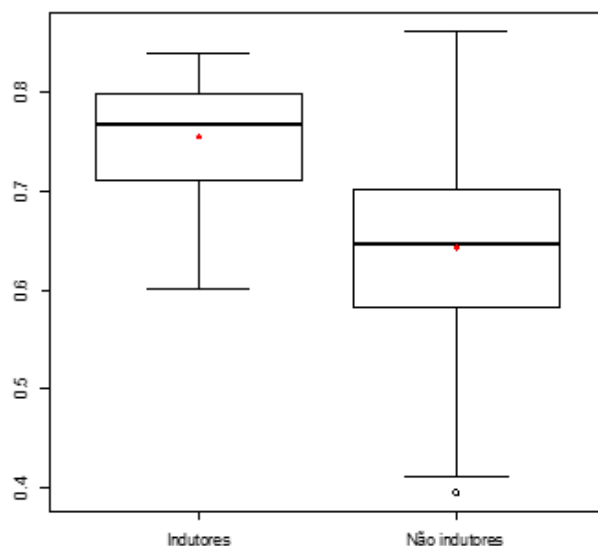
Os estudos dos destinos indutores são divididos em três partes: (a) Estudo de competitividade a cada 3 anos, com pesquisa em fontes secundárias e primárias entre os visitantes das cidades; (b) Síntese, com análises e gráficos comparativos em diversas temáticas: motivos de visitação, gastronomia, hospitalidade, hospedagem, limpeza, segurança pública, comércio, atrativos, transporte, lazer, preços, informações turísticas, sinalização e guias; (c) Impacto sobre as finanças públicas, através de uma série de comparações robustas entre investimento em turismo *versus* geração de empregos e desenvolvimento de empresas.

Salientamos que as análises de competitividade, lealdade, satisfação em relação ao turismo encontram-se alinhadas aos preceitos teóricos que relacionam o turismo de diversas maneiras (YON; UYSAL, 2005; SÁNCHEZ et al, 2006; MANGION et al, 2012).

Mesmo que o valor percebido seja subjetivo, a análise pode mostrar caminhos de ação por parte da região avaliada. No caso, a política estadual auxilia melhor os municípios participantes com diagnóstico de sua situação. Portanto esse modelo é eficaz no sentido de descentralizar políticas para os municípios participantes e prover uma base de ação para políticas (SÁNCHEZ et al, 2006).

Os resultados quantitativos mostram que os municípios indutores possuem maior grau de desenvolvimento, valor $p = 0,00117$ (Gráfico 3 e Tabela 1). Indicamos que estudos futuros estabeleçam relações de causa e efeito para detectar o real impacto das políticas levando em conta o horizonte temporal, uma vez que tal análise fugiria ao escopo deste artigo.

Gráfico 3. Boxplot, Indutores x Não Indutores, Minas Gerais



Fonte: Saída Estatística do Suplemento *Action*, a partir de dados FIRJAN (2014).

Tabela 1. Resultados da comparação, Minas Gerais

Informação	Valor
T	6,03769856522519
Grau de liberdade	849
p-valor	0,00117
Média no grupo 1 (N=22)	0,755404545454545
Média no grupo 2 (N=830)	0,643031242460796
Média 1 – Média 2	0,112373302993749
Desvio padrão amostral indutores	0,0625691729762061
Desvio padrão amostral não indutores	0,0866768620035806
Hipótese alternativa	Maior que
Intervalo de confiança	95%
Limite inferior	0,0817259395864158

Fonte: Saída Estatística do Suplemento *Action*, a partir de dados FIRJAN (2014).

4.2. Bahia

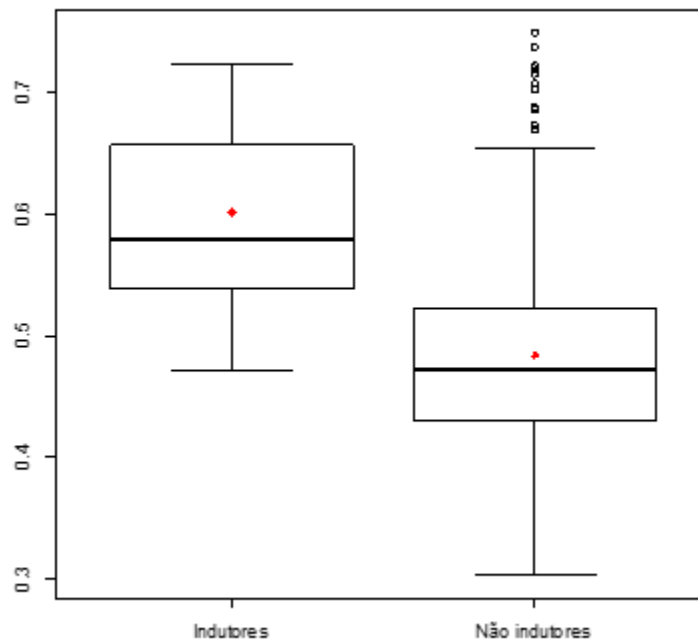
O núcleo de informações turísticas “Municípios Âncora” já foi escolhido com os critérios de infraestrutura turística pelo Governo do Estado, para que através destes, os demais municípios de cada região, pudessem se desenvolver. Este conceito foi elaborado pelo Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) vinculado ao Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) (BAHIA, 2015). Verifica-se aqui um modelo conhecido na literatura como incentivo através de “cidades polo” amplamente caracterizado por Silva (2006).

O volume de estudos não é tão avançado em termos de competitividade e impactos, quanto o elaborado pelo Estado de Minas Gerais. No entanto, a parte de informações turísticas é completa, servindo como guia aos visitantes em potencial. O informativo dos municípios é dividido em: (a) História e informações gerais; (b) Dados “Viver Bahia”, com aspectos geográficos, belezas naturais, festas populares, religiosidade e gastronomia; (c) Destinos e pontos de visitação específicos; (d) Produtos e eventos, e; (e) Roteiros sistematizados.

Reforçamos que o modelo de informações não possui fundamentação acadêmica tão consistente como o programa de indutores estaduais de Minas Gerais. No entanto, a política de “Municípios Âncora” dispõe de uma sessão específica para a valorização dos moradores denominada “Nossa Gente” em homenagem e valorização da população local. Essa última característica está consonância com os preceitos teóricos defendidos por Salazar (2012); Pratt e Tarlow (2014); Réau (2015); Wang e Chen (2015).

As análises quantitativas demonstram que também no Estado da Bahia, os municípios Âncora, de fato, possuem maior IFDM de modo estatisticamente significativo (Gráfico 4 e Tabela 2). Salientamos que os modelos polos de crescimento e regionalista endógeno não são necessariamente excludentes porque ambas as análises empíricas demonstram isso, ou seja, é possível fomentar o desenvolvimento do turismo através de polos e ao mesmo tempo conservar as características de regionalismo porque há mercado e modelos de desenvolvimento misto tal qual Silva (2006).

Gráfico 4: Boxplot, Indutores x Não Indutores, Bahia



Fonte: Saída Estatística do Suplemento *Action*, a partir de dados FIRJAN (2014).

Tabela 2. Resultados da comparação, Bahia

Informação	Valor
T	5,337128673
Grau de liberdade	407
p-valor	0,00786
Média no grupo 1 (N=13)	0,600661538461538
Média no grupo 2 (N=395)	0,483866666666667
Média 1 – Média 2	0,116794871794872
Desvio padrão amostral indutores	0,0831341941127069
Desvio padrão amostral não indutores	0,0774648088333983
Hipótese alternativa	Maior que
Intervalo de confiança	95%
Limite inferior	0,0807176564650296

Fonte: Saída Estatística do Suplemento *Action*, a partir de dados FIRJAN (2014).

5. Considerações finais

O primeiro objetivo do trabalho era comparar o desenvolvimento socioeconômico entre destinos indutores e não indutores em dois Estados da Federação Brasileira. Ao utilizar o índice IFDM como critério de comparação, ficou constatado que tanto em Minas Gerais como na Bahia os municípios indutores possuem maior desenvolvimento. A análise dos Estados, em separado, se deu por causa das diferenças regionais entre eles.

Um segundo intento do artigo consistiu em analisar as características e diferenças entre as políticas de turismo de indutores estaduais. Nesse sentido, o Programa desenvolvido pelo Estado da Bahia é muito menos técnico do ponto de vista acadêmico de estudo em competitividade do que o Projeto de Minas Gerais que possui dados sobre satisfação dos visitantes, pesquisa *in loco* e trabalhos robustos envolvendo gasto público e dependência econômica do turismo. Porém, o Programa “Municípios Âncora” do Estado da Bahia, é mais informativo e voltado para turistas em potencial.

O estabelecimento de “Destinos Indutores Estaduais” parece ser uma política consistente de desenvolvimento regional e governabilidade, mas a experiência pioneira dos dois Estados em termos de Brasil, ainda precisa ser aprimorada.

Sugerimos que estudos futuros tentem estabelecer relações de causa e efeito entre turismo e desenvolvimento no âmbito estadual, tendo em vista que os trabalhos analisam países e até mesmo municípios, mas as políticas estaduais parecem relegadas pelos pesquisadores.

.....

Referências

- ABLAS, L. (1991) "Efeitos do turismo no desenvolvimento regional". *Revista Turismo em Análise*. Vol. 2, N.1, pp. 43-52.
- BAHIA, Secretaria do Turismo (2015). "Zonas Turísticas: Municípios Âncora". Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/zonas-turisticas/municipios-ancora/>>. Acesso em: 12 de Mar. 2015.
- BARBOSA, F.F. (2005) "O Turismo Como um Fator de Desenvolvimento Local e/ou Regional". *Caminhos de Geografia – Revista on line, Minas Gerais*, Vol. 10, N. 14, pp. 107-114.
- BENI, M.C. (1993) "Competitividade das destinações turísticas a longa distância: realidade e perspectivas de Desenvolvimento na América do Sul". *Revista Turismo em Análise*. vol. 4, N. 2, pp. 94-108.
- BRAWELL, B. (1998) "User satisfaction and product development in urban tourism". *Tourism Management*, Vol. 19, N. 1, pp. 35-47.
- BRAMWELL, B.; LANE, B. (2011) "Critical research on the governance of tourism and sustainability". *Journal of Sustainable Tourism*. V. 19 (4-5). DOI:10.1080/09669582.2011.580586.
- BRASIL. Constituição (1988). "Constituição da República Federativa do Brasil". Brasília-DF: 1988.
- CHANG, T.C. (1998) "Regionalism and tourism: exploring integral links in Singapore". *Asian Pacific Viewpoint*. Vol. 39(1), pp. 73-94, DOI: 10.1111/1467-8373.00054.
- CUCCIA, T.; RIZZO, I. (2011) "Tourism seasonality in cultural destinations: Empirical evidence from Sicily". *Tourism Management*. Vol. 32, N.3, pp. 589-595, DOI: 10.1016/j.tourman.2010.05.008.
- DREDGE, D.; JENKINS, J. (2010) "Destination place identity and regional tourism policy". *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*. Vol. 5(4), pp. 383-407, DOI: 10.1080/1461668032000129137.
- FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro). (2014) "Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Dados Consolidados 2014– Ano Base 2011" [Acesso em 03 Mar. 2015] Disponível em: www.firjan.org.br/ijdm.
- FORTUNATO, R.A.; NEFFA, E. (2014) "Abordagem Complexa e Desenvolvimento Local por meio do Turismo Solidário: o caso da rede "Brasildade Solidária"". *Revista Turismo em análise*. Vol. 25(1), pp. 51-74. DOI: dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v25i1p51-74.
- GRENIER, A.A.; MULLER, D.K. (2011) "Polar tourism: a tool for regional development". Québec: Presses de l'Université du Québec.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) "Censo 2010". Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 de Mar. 2015.
- KRIPPENDORF, J.; ZIRNMER, P.; GLAUBER, H. (1988) "Fuer einen andern Tourismus". Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag.
- MANGION, M. et al. (2012) "Measuring the effect of subsidization on tourism demand and destination competitiveness through the AIDS model: an evidence-based approach to tourism policymaking". *Tourism Economics*, Vol. 18, N.6, pp. 1251-1272, DOI: <http://dx.doi.org/10.5367/te.2012.0167>.
- MINAS GERAIS, Secretaria Estadual de Turismo (2015) "Observatório do Turismo da Secretaria Estadual de Turismo". Disponível em: <<http://www.minasgerais.com.br/observatorioturismomg/>>. Acesso em: 12 de Mar. 2015.
- MONTANARI, M.G.; GIRALDI, J.M.E.; CAMPELLO, C.A.G.B. (2013) "Un estudio sobre la relación entre la competitividad en el sector turístico y el desarrollo de los países". *Revista de Globalización, competitividad y gobernabilidad*. Vol. 7 N. 2, pp. 56-67, DOI: 10.3232/GCG.2013.V7.N2.04.

MURPHY, P.E. "Tourism: A Community Approach". London: Methuen, 1985.

OLIVEIRA, B.G.; LIBONI, L.B. CALLA, R.C. (2014) "Regiones productoras de caña de azúcar tienen mejor desarrollo socioeconómico? Un estudio utilizando el "Índice Firjan de Desarrollo Municipal (IFDM)", *Revista de Globalización, Competitividad y Gobernabilidad*, vol. 8(1), pp. 107-123, DOI: 10.3232/GCG.2013.V8.N1.06.

PRATT, C.; TARLOW, P. (2014) "The Cultural Tourism Product, Meeting of Cultures: Safety, Security and Planning Guidelines", *International Journal of Safety and Security in Tourism / Hospitality*, vol. 11(1), pp. 28-35.

RÉAU, B. (2015) "The historical social science of tourism", *Journal of Tourism History*. Vol. 6(2-3), pp.210-222, DOI: 10.1080/1755182X.2015.1008058.

RICHTER, L. J. RICHTER, W.L. (1985) "Policy choices in South Asian tourism development". *Annals of Tourism Research*, Vol. 12, N. 2.

SALAZAR, N.B. (2012) "Community-based cultural tourism: issues, threats and opportunities", *Journal of Sustainable Tourism* vol. 20(1), pp. 9-22, DOI: 10.1080/09669582.2011.596279.

SÁNCHEZ, J. et al. (2006) "Perceived value of the purchase of a tourism product". *Tourism Management*, vol. 27, pp. 394-409.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (2014) "Índice de Competitividade do Turismo Nacional: Relatório Brasil". Brasília-DF, 2014.

SHONE, M.C.; MEMON, P.A. (2008) "Tourism, Public Policy and Regional Development: A Turn from Neo-liberalism to the New Regionalism". *Local Economy*. vol. 23, n.4, pp. 290-304, DOI: 10.1080/02690940802408011.

SILVA, J.A.S. (2006) "A Dimensão Territorial no Planejamento do Desenvolvimento Turístico no Brasil: modelo do polo de crescimento versus modelo territorialista e endógeno". *Revista Turismo em Análise*, vol. 17, n. especial, pp. 5-23.

TANASE, M.O.; NICODIM, L. (2013) "Socio-cultural impacts of tourism". In: TALABA, I. et al. (orgs) *Romanian rural tourism in the context of sustainable development: present and prospects*, Vatra Dornei, Romania, 23, pp. 92-96.

YOON, Y.; UYSAL, M. (2005) "An examination of the effects of motivation and satisfaction on destination loyalty: a structural model". *Tourism Management*, vol. 26 (1), pp. 45-56.

WANG, S.; CHEN, J.S. (2015) "The influence of place identity on perceived tourism impacts". *Annals of Tourism Research*, Vol. 52, pp. 16-28.